



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)  
ISSN 2177-3688

GT 5 – Política e Economia da Informação  
Pôster

## AS AÇÕES DE INFORMAÇÃO PARA A SEGURANÇA: UMA ANÁLISE SOBRE A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA DO BRASIL<sup>1</sup>

### *THE ACTIONS OF INFORMATION FOR SECURITY: AN ANALYSIS ABOUT THE BRAZILIAN NATIONAL STRATEGY OF DEFENSE*

Bruno Macedo Nathansohn, IBICT/UFRJ  
bnathansohn@gmail.com

**Resumo:** Trata-se da apresentação de resultados preliminares, de cunho teórico, de uma pesquisa sobre o dilema enfrentado pela projeção de poder do País no contexto internacional. Apresenta-se a importância da informação como recurso de poder, esclarecendo que sua natureza e conformação continuam vinculadas à uma perspectiva eminentemente técnica. O objetivo dessa pesquisa é posicionar a informação como um elemento decisivo no campo da estratégia de segurança e defesa, considerando outros fenômenos que surgem no período histórico pós-Guerra Fria. Portanto, valoriza-se uma abordagem teórica da CI, em relação direta com a RI, e sua sub-área, ESI, sob a perspectiva da Teoria Social e da Sociologia. A Estratégia Nacional de Defesa brasileira é o objeto a partir da qual essa análise é feita, pois se concretiza como um instrumento tangível para o posicionamento do Brasil no sistema de poder internacional, a partir das seguintes áreas de atuação: cibernética, nuclear e espacial. A hipótese é que essas áreas são ações de informação e, como tais, precisam ser medidas pelos objetivos sobre os quais se orientam, e pelo contexto histórico e político onde se situam e se desenvolvem, dentro de um regime de informação. A metodologia envolveu, numa primeira etapa, revisão de literatura sobre os temas do poder, da violência, do papel do Estado nas Relações Internacionais, e uma análise sobre o conteúdo da Estratégia Nacional de Defesa. Os resultados preliminares apontam que as ações de informação em segurança internacional são marcadas pelo dilema entre cooperação e segredo. Esses dois elementos são característicos de um regime que, ao contrário de ser harmônico e restrito a relações de trocas recíprocas, forjam-se a partir do conflito e da tensão, mesmo que sob a orientação de tratados e acordos.

**Palavras-chaves:** Ação de informação. Regime de informação. Segurança internacional. Brasil. Estratégia Nacional de Defesa.

**Abstract:** It treats about a presentation of preliminary results, from a theoretical approach, on the dilemma faced by the Brazilian projection of power in the international context. It presents the importance of information as a resource of power, in the Brazilian history, considering that its nature

---

<sup>1</sup> O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

and conformation still be connected with a mostly technical perspective. The publication of the National Strategy of Defense, in 2008, shows areas from which the armed forces should act, namely: cybernetics, nuclear and space. The hypothesis is that these areas are considered actions of information, and as such, it must be conceived according to the goals which are oriented, and through the historical and political context, where they are located, and developed, should be considered as a regime of information. The methodology involves, in a first step, a literature review on the topics of power, violence, biopolitics, the role of the state in international relations, and an analysis about the content of the National Strategy of Defense. Preliminary results show that the actions of information in international security are marked by the dilemma between cooperation and secrecy. These two elements are typical of a regime that, instead of being restricted to harmonious relations and reciprocal exchanges, are forged by conflict and tension, even though under the guidance of treaties and agreements.

**Keywords:** Actions of information. Regime of information. International security. Brazil. National Strategy of Defense.

## 1 INTRODUÇÃO

A publicação da Estratégia Nacional de Defesa (END) do Brasil, em 2008, apresenta as áreas nas quais as forças armadas devem atuar, a saber: cibernética, nuclear e espacial, considerando a informação como elemento estratégico. Ou seja, demonstra um pensamento focado na informação como um recurso de poder estruturado, pois assentado na infraestrutura de informação. Esse contexto é mais do que circunstancial, mas resultado do próprio *modus pensanti* das Forças Armadas, que se baseia historicamente num pensamento tecnocrático em que se sobrepuja a técnica sistêmica ao pensamento político estratégico. Ao pensamento de cunho positivista, segue-se o próprio posicionamento do País em relação aos outros Estados no sistema de poder internacional. Essa é uma situação que abre a possibilidade para que a área da Ciência da Informação contribua com o pensamento e com a gestão em segurança. Objetiva-se, com isso, demonstrar a existência do dilema em que o Brasil se encontra, entre agir de forma cooperativa, como mostra sua tradição diplomática, e a tentativa em manter sigilo, principalmente frente aos atores mais poderosos.

## 2 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COMO ÁREA ESTRATÉGICA

Na aurora do século XXI a noção de segurança está umbilicalmente relacionada ao grau de compreensão da informação como elemento essencial de articulação entre técnica e poder decisório. Isso significa uma mudança drástica na perspectiva que privilegiava os os Estudos Estratégicos como área exclusiva de análise sobre questões referentes à segurança e à defesa. Nesse sentido, a Ciência da Informação também se apresenta como área relevante para se pensar os dilemas impostos por uma dinâmica que necessita ser repensada, e que redesenha

o *mapa mundi* através de fluxos e redes. Assim, o dilema de segurança está inserido na contradição entre cooperação (compartilhamento) x sigilo (soberania).

Tendo em vista os objetivos propostos pela END<sup>2</sup> voltados para a integração dos três setores macroestratégicos: nuclear, espacial e cibernético, sem, no entanto, demonstrar o que significa esse processo, a CI torna-se uma área capaz de abordar de forma holística o pensamento estratégico militar no que tange à integração inter-setores preconizada pelo Programa. Segundo Rafael Capurro, “La Ciencia de la Información es una area de estudio que puede comprenderse como estrategica es decir como un estudio de las relaciones de poder [...]” (CAPURRO, 27 de novembro de 2014)<sup>3</sup>.

Simultaneamente, apesar da CI ser uma área científica que também se construiu a partir das necessidades impostas pela corrida espacial e armamentista, pouco se produz sobre sua importância em relação aos estudos estratégicos militares. Torna-se necessário, portanto, traçar as novas fronteiras da CI a partir das possíveis relações epistemológicas com a Ciência Política, mais especificamente com a sub-área de Estudos Estratégicos (EE), valorizando o conceito de “Regime Global de Política de Informação”, elaborado por Sandra Braman (2004). Traduz-se, portanto, como um elemento que transpassa conceitos como: governo, governança e governabilidade (MALIN, 2012, p.2).

Define-se informação como um recurso de poder, inserido como dispositivo da administração pública para a segurança internacional. Como a informação deixou de ser mais um elemento de segurança e passou a ser a medida da própria segurança, a CI se apresenta como uma área interdisciplinar capaz de posicionar e fazer compreender a informação em sua essência. Assim, uma nova perspectiva na área de segurança deve ser pensada à luz dos desafios impostos por ameaças difusas, por meio de políticas de informação. Grupos que exercem atividades criminosas, muitas vezes recorrem ao terrorismo como forma de exercer pressão, ou retaliar, decisões políticas que afetem seus objetivos, e o faz por meio de redes de informação.

É nesse ponto em que a informação se define como dispositivo de poder. Como é a informação o recurso de segurança em si, o próprio poder se reconfigura pela ubiquidade, pela fluidez, mas também pelo estabelecimento de uma estrutura que privilegia o segredo. Dessa forma, apesar da estratégia política de segurança do Brasil buscar as relações Sul-Sul, de

---

<sup>2</sup> Criada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que institui o Comitê Ministerial de Formulação da Estratégia Nacional de Defesa.

<sup>3</sup> Observação de Rafael Capurro feita sobre o trabalho apresentado por Bruno Nathansohn, em ocasião da V ULEPICC, ocorrida na UFRJ, em 27 de novembro de 2014, intitulado: “**Instrumentalização política da mídia e hegemonia ocidental no mundo contemporâneo: aspectos da dominação**”.

caráter cooperativo, em conjunto com a já consolidada, Norte-Sul, com as oportunidades abertas pelo multilateralismo internacional, a experiência na área de segurança está muito mais voltada para a valorização do segredo.

A segurança se consolida por meio da construção de alianças, e pela dificuldade em determinar quem seria o inimigo em potencial. Caracterizadas por sua seletividade, pode-se dizer que as “ações de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999) são os dispositivos pelos quais a construção é realizada, e se traduzem pelo planejamento e pela aplicação de recursos de informação para a operacionalidade, por meio de bases de dados e centros de informação para o comando e o controle, ou seja, devem ser encaradas como um conjunto de práticas políticas. Segundo Wersig (1985), a ação é, de uma forma geral, “an intention of the actor to achieve something and this intention makes the action ‘meaningful’ at least for the actor. [...] ‘action’ is a result of interaction of very many different components [...]”. (WERSIG, 1985, p.18).

A ação de informação pressupõe alcançar objetivos coletivos para sua legitimação, que só poderia realizar-se a partir de uma relação estreita entre o estilo do discurso e o “modos de organização de contextos de ação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.17). Esse processo dependeria de uma sistematização dinâmica, em que se envolveriam, a complexidade do ator; os propósitos de ação; e os modos de ação. Assim, as ações de informação, socialmente produzidas, devem incorporar-se em contextos políticos mais amplos.

## 2.1 METODOLOGIA

O objetivo dessa pesquisa é posicionar a informação como um elemento decisivo no campo da estratégia de segurança e defesa, considerando outros fenômenos que surgem no período histórico pós-Guerra Fria. Portanto, valoriza-se uma abordagem teórica da CI, em relação direta com a RI, e sua sub-área, ESI, sob a perspectiva da Teoria Social e da Sociologia. A END brasileira é o objeto a partir da qual essa análise é feita, pois se concretiza como um instrumento tangível para o posicionamento do Brasil no sistema de poder internacional.

Esta foi a 1ª etapa da pesquisa, que envolveu revisão de literatura, desenvolvendo-se uma análise sobre a importância do elemento informação no documento da Estratégia Nacional de Defesa (END), considerando diversos aspectos, como: (a) a perspectiva teórica que posiciona a informação como elemento central de poder; (b) a identificação das ideias que sustentam o comportamento dos Estados, em relação com outros atores estatais e não-estatais; (c) a

identificação dos fundamentos teórico-epistemológicos que relacionam a CI com a área de Relações Internacionais; (d) a elaboração histórico-descritiva sobre a teoria que vincula a existência da CI aos objetivos de poder do Estado-nação contemporâneo; (e) enfeixamento da concepção de políticas de informação em segurança e de defesa, dentro da lógica da administração pública.

Além disso, como forma de contextualizar a problemática e a visão da END, e confrontar a realidade do Documento publicado, com outras possibilidades teóricas, em segurança internacional, utilizou-se a literatura relacionada à discussão sobre segurança e defesa elaborada por teóricos das Relações Internacionais, mais especificamente de sua sub-área, Estudos de Segurança Internacional (ESI) (BUZAN e HANSEN, 2012). Aponta-se para a necessidade de uma reflexão sobre fenômenos sociais e políticos que surgiram no período pós-Guerra Fria, e que se caracterizam por serem elementos interconectados, e não possuem uma única origem. Para tanto, destacam-se autores e temas da sub-área de ESI que valorizam uma abordagem da dinâmica de poder a partir da Teoria Social e da Sociologia, contemplando uma complexidade que se encontra além da perspectiva estadocêntrica (BECK, 2010; GIDDENS; BECK e LASH, 2012). A pesquisa será realizada, primeiramente, em instituições brasileiras, e, numa segunda etapa, em instituições estrangeiras, e se subdividirá em: (a) coleta bibliográfica; e (b) empírica. Além da participação em grupo de pesquisa dedicado à conceituação sobre segurança e defesa.

### **3 RESULTADOS PRELIMINARES**

Identificou-se, a partir da análise sobre a END, que a preocupação com a implantação de tecnologias cibernéticas não é acompanhada da preocupação em caracterizar o que se configura como o elemento central de um sistema que se pretende interconectado, que é a informação. O que existe é a constatação de que a informação é relevante, e potencial produtora de conhecimento. Pensa-se numa integração formal, de dimensão técnica, mais do que num modelo de integração baseado em fatores empíricos sobre as condições de produção e de transmissão. Encontra-se, por exemplo, nas atividades de monitoramento e controle das Forças Armadas, ações que dependem de análise do elemento informação como fator central nesse processo. Portanto, para que a agenda em segurança e defesa esteja de acordo com os fenômenos sociais contemporâneos, como a vigilância inversa, e as ameaças difusas, por exemplo, torna-se fundamental ampliar seu escopo, e admitir

Nesse sentido, foram identificados e analisados os pontos da END (p.46; 61; 65; 66) que se referem às ações militares que, de certa forma, se alinham ao que se entende por ações

de informação: (a) **acompanhamento da situação e dos atores**; (b) **alerta antecipado**; (c) **salvaguardas e controles que resguardem os direitos e garantias constitucionais**. Ainda, nas atividades de Comando e Controle, destacam-se a produção de dados (lê-se informação), para: (a) **monitoramento e controle do espaço**; (b) **controle das fronteiras**; (c) **aperfeiçoamento de processos para o gerenciamento de crises**; (d) **integração de todos os órgãos do Sistema de Inteligência Nacional (SISBIN)**; (e) **prevenção de atos terroristas e de atentados massivos**; (f) **coordenação, avaliação, monitoramento e redução de riscos**; (g) **ações de proteção à população e às instalações em território nacional**; (h) **ações de defesa civil**; (i) **ações de segurança pública**.

Todos esses pontos são dependentes de recursos físicos e intangíveis de informação, mas, no entanto, a preocupação exposta na END limita-se aos empreendimentos para implantação dos recursos técnicos, em detrimento de uma sólida análise sobre que tipo de informação está-se referindo, numa perspectiva mais abrangente, que envolva aspectos contextuais para a produção, transferência e assimilação possíveis.

#### **4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

O conceito de estratégia nacional pressupõe a organização e mobilização de recursos simbólicos e físicos, para que objetivos políticos sejam alcançados, tendo em vista os contextos nacional e internacional. Alguns pontos publicados pela END devem ser destacados, e cruzados com questões políticas mais amplas, como as ações de informação, no âmbito de um regime global. O que pode ser desenvolvido, a partir de um desenvolvimento mais maduro desse trabalho, por meio da área de CI, sob uma perspectiva sociológica, e que encontra na sub-área de Relações Internacionais, chamada Estudos de Segurança Internacional (ESI), um ambiente de pensamento crítico que vai além dos marcos teóricos da Guerra Fria ainda vigentes. Essa articulação contemplaria uma abordagem mais moderna, podendo forjar uma estratégia que seja mais apropriada à realidade brasileira, e articulada de acordo com os complexos desafios impostos pelos contextos interno e externo ao País.

#### **REFERÊNCIAS**

BECK, U. **Sociedade de risco**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BRAMAN, S. **The Emergent Global Information Policy Regime**. In: BRAMAN, S.. *The Emergent Global Information Policy Regime*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

BRASIL. **Ministério da Defesa**, 2008. Disponível em:

[http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia\\_defesa\\_nacional\\_portug](http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portug)

[ues.pdf](#). Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

BUZAN, B; HANSEN, L. **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização Reflexiva**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

GONZÁLEZ de GÓMEZ, M.N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999.

MALIN, Ana Maria Barcellos. Reflexões sobre a adesão brasileira ao Regime Global de Acesso à Informação Pública. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. Disponível em: <http://obgi.org/wp-content/uploads/2013/08/Produção-Intelectual-2012-Reflexões-sobre-a-adesão-brasileira-ao-regime-global-de-acesso-à-informação-pública.pdf>. Acesso em: 03 de setembro de 2013.

WERSIG, G.; WINDEL, G. Information Science needs a theory of 'Information Action'. **Social Science Information Studies**, v.5, p.11-23, 1985.